



Anais da Assembléia

Nº 033

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 18.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Estou envergonhado com o número de Deputados que temos hoje aqui, aliás, são sempre os mesmos. Por isso requero verificação de votação, Sr. Predidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Con-

siderando que o Sr. Governador Álvaro Dias em uma das entrevistas, de inúmeras dadas após o "Dia do Fico", em que...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não tem nada a ver o que o Deputado...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Tem a ver, sim, Senhor.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu solicito de V. Exa. chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Tem a ver. O Sr. Governador alegou que muitos Deputados nesta Assembléia não trabalham e ganham salários polpudos e não aparecem na Assembléia, e recebem. Esta é a justificativa para requerer a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) (Procede à chamada nominal)

O SR. 1º PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal trinta e sete (37) Senhores Deputados. Passa-se à leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (É feita a leitura do expediente)

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/51, 52, 53, 54 e 55/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

99/90:

Do PODER EXECUTIVO, que reestima para Cr\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzeiros), as Receitas de Recolhimento Centralizado previstas na Lei n.º 9.173 de 27.12.89, com base no disposto em seu artigo 18, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.217. Anote-se - Arquive-se.

285/89:

De autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais de Mandaguaçu, com sede e foro no município de Mandaguaçu - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.221. Anote-se - Arquite-se.

295/89:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "CEN-CALRIOS - Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Uberaba", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.220. Anote-se - Arquite-se.

265/89:

De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO BARROS ANDRADE, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.219. Anote-se - Arquite-se.

114/89:

De autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública o "Ministério Evangélico Pró-Vida - MEPROVI", o qual convertido em Lei tomou o n° 9.218. Anote-se - Arquite-se.

Of. n° 1549

Curitiba, 29 de março de 1990.
SsJ/90.

Senhor Presidente.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Dr. ONÉSIO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO, d. Relator dos Autos sob n° 7.257, classe 6ª, de Ação Penal que tramitam por esta Egrégia Corte, cumpre-me reiterar os termos do Ofício sob n° 4969, enviado em data de 27 de outubro p.p., onde se solicitou, face às disposições contidas no art. 27, § 1º da Constituição Federal, autorização para o processamento do Deputado Estadual PI-RAJÁ FERREIRA.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA

Diretor Geral em exercício

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA da próxima sessão, o PROJETO DE LEI n° 19/90, que assegura o vale transporte e vale-refeição ao servidor público.

Sala das Sessões, em 03.04.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 18/90 que assegura a todos os servidores da área da saúde a percepção de 33% (trinta e três por cento) do seu salário como insalubridade.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a INVERSÃO DA ORDEM DO DIA.

Sala das Sessões, em 03/04/90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao eminente Senhor Djalma Corrêa Schneider, Presidente da Associação Comunitária Andorinhas da Cachoeira de Rio Branco do Sul, parabenizando-o pelo inéxito trabalho de organização da primeira Assembléia Comunitária que elaborará a Primeira Lei Orgânica Comunitária.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao referido Presidente.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Este é um trabalho de enorme importância por tratar-se de uma organização que terá como responsabilidade adequar às necessidades regionais as realidades sociais, políticas e econômicas do Estado e do País, conscientizando os moradores de suas obrigações para com a própria comunidade e direcionando para que não sejam transferidos à órgãos públicos os problemas que podem ser resolvidos por eles próprios. Conscientizados, realizam relevantes trabalhos, colaborando com o bem comum em geral da própria Comunidade do Estado e

REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e com fundamento no art. 62 da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial para o fim de investigar as finanças do Estado, bem como apreciar seu programa de obras.

Requer que, constituída a Comissão Especial, sejam convocados o Sr. Álvaro Dias e Senhor Ary Queiroz, Governador e Vice-Governador e bem assim os Senhores Secretários de Estado e outras autoridades e cidadãos que a Comissão entender necessárias, para depor em sessões públicas desta A.L.E.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(aa) Raul Lopes, Algaci Túlio, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão, Haroldo Rodrigues Ferreira, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, João Aruda, Paulino José Delazeri, Rubens Bueno, Namir Piacentini, Pedro Tonelli e Antônio Bárbara.

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que o Senhor Governador Álvaro Dias iria, no dia 30 de março próximo passado, renunciar ao seu mandato para concorrer ao Senado Federal.

Também é público e notório que Sua Excelência mudou de idéia, atribuindo a sua permanência a frente do Governo Estadual, aos "filhos do mal", que estariam dispostos a "quebrar" o Paraná.

Torna-se necessário, diante das afirmações do Senhor Governador, que a Assembleia Legislativa tome conhecimento integral do que ocorre na esfera do Executivo, tornando tudo transparente e público.

Diante disso, é imperioso que os Deputados independentemente de suas siglas partidárias e ideológicas políticas venham a aprovar a constituição dessa Comissão, no que, ao que tudo indica, está em jogo o futuro dos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Igreja Adventista em Curitiba, pela comemoração do 19° ano de funcionamento do TELEPAZ.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Serviço pioneiro no Brasil, gratuito, declarado de Utilidade Pública, sigiloso,

o TELEPAZ, órgão da Igreja Adventista em Curitiba, que, através de mensagens e assistência pessoal, leva conforto e ânimo às pessoas necessitadas de orientação, comemorou, no último domingo, dia 1° de abril, 19 anos de funcionamento, com um ato de Ação de Graças, às 20 horas, no Templo Adventista, nesta capital.

O filantrópico número 223.2193, da TELEPAZ, recebe diariamente de mil e duzentas a mil e quinhentas ligações, nos seis terminais telefônicos acoplados aos aparelhos reprodutores das mensagens de paz gravadas pelo pastor e conselheiro do serviço Wady Bechara, responsável pelo trabalho.

Numa das pesquisas realizadas pela TELEPAR, o telefone da TELEPAZ figurou como o que mais chamadas recebia em todo o Estado.

A idéia veio dos Estados Unidos e foi aqui implantada por membros da Igreja. A tecnologia das secretárias eletrônicas, muito frágeis, foi substituída por "know how" curitibano. Os aparelhos de reprodução têm satisfeito as necessidades do sistema, por enquanto. O serviço funciona vinte e quatro horas, em três cabines, na Carlos de Carvalho, um plantonista. A mensagem é gravada para o período de uma semana, mudando de tema aos domingos. O próprio pastor Bechara que escreve as mensagens é o conselheiro das pessoas que manifestam o desejo de uma conversa particular (fone 222-5522), por telefone ou pessoalmente.

O pastor Bechara, que está há quatorze anos nesse serviço, atende em média-quando acionado o sistema de aconselhamento - de dez a quinze pessoas por dia. Muitas vezes, são interurbanos.

O TELEPAZ também atende por correspondência. Uma carta recente, de Foz do Iguaçu, revela que uma jovem senhora, que morou por dois anos na capital do Estado, quando passou por um período muito difícil, conseguiu superar essa fase crítica, graças ao TELEPAZ. Por isso, escreve ela, pretende implantar o serviço naquela cidade.

O Conselheiro Bechara, que não revela casos específicos, mas, indica que os casos mais comuns - entre todos - a infidelidade conjugal - são: solidão, angústia, frustrações, problemas familiares, alcoolismo (os usuários são encaminhados à AAA) e separações de casais (dois advogados e dois médicos atendem casos mais graves, através do TELEPAZ). O pastor explica que vários casamentos desfeitos foram reatados com a interferência da entidade. A maioria dos consulentes são as mulheres e os jovens, ao contrário do que poderia parecer, afirma o pastor Bechara.

Desta forma, entendendo o alcance, a

importância desse serviço, em socorro aos que no momento de desespero, aflição e angústia, precisam de uma palavra de conforto, não há como a Assembléia Legislativa não manifestar seus votos de congratulações à Igreja Adventista, pela implantação e manutenção do serviço.

Que do presente, se dê ciência à Igreja Batista em Curitiba.

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços à comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços à comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 673

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Alan Kardeck, localizada em Peabiru.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardeck, localizada em

Peabiru, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas, tem mantido uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes da região. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, socitando auxílio financeiro para a Creche Alan Kardeck, localizada em Peabiru.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardeck, localizada em Peabiru, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas, tem mantido uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes da região. Porém, por motivos de dificuldades financeiras, causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, solicitando informações sobre a realização de plebiscito para a criação do Município de Pontal do Paraná, com território desmembrado do Município de Paranaçu e divisas do atual Distrito Administrativo, conforme projeto de lei com cópia anexa:

01. Qual o número de eleitores aptos a votar para criação do município em questão?

02. Relação nominal de tais eleitores, se possível.

03. Segundo a legislação sobre o assunto, quais os eleitores com direito a voto para a criação do município de Pontal do Paraná, considerando a instalação da sede do município de Paranaçu, por decisão da Câmara local, em Pontal do Sul, por tempo indeterminado?

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A criação do município de Pontal do Paraná, indiscutivelmente, reflete um anseio popular, eis que milhares de moradores das regiões que constituirão o novo

município o reivindicam como forma de escapar ao destino de atraso e esquecimento a que estão submetidos há muitos anos.

Esse anseio popular não é acompanhado, contudo, estranhamente, pelo anseio de integrantes da classe política local que, numa manobra escusa, transferiram a sede do município de Paranaguá para o Distrito Administrativo a ser emancipado, como forma de, escudando-se na lei, impedir a criação de Pontal do Paraná.

No entanto, tal manobra claudicante não há de atingir o movimento emancipacionista que aguarda a aprovação, em terceira discussão, pela Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei n° 403/90, que autoriza a realização de plebiscito para criação de Pontal do Paraná.

Desta forma, recorreremos ao agrégio Tribunal Regional Eleitoral, TRE, para que, de posse das informações necessárias, o movimento pró-Pontal do Paraná possa prosseguir sua batalha em favor de melhores dias para os balneários paranaenses.

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Saúde Pública, solicitando que sejam promovidas campanhas de esclarecimento à população paranaense quanto aos grandes malefícios do álcool, como muito bem alertou o eminente médico francês Bernard Rueff, durante o primeiro ciclo de palestras do III Curso Internacional de Hepatologia Brasil-França, quando revelou que quatro copos diários de qualquer tipo de bebida alcoólica, produzem lesões no fígado.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à SANEPAR - Cia. de Saneamento do Paraná, Superintendência de Maringá, solicitando providências no tocante ao odor fétido que vem sendo exalado pela fossa localizada na Vila Urupês, do Município de Campo Mourão.

A presente reivindicação dá-se em razão daquela comunidade estar exposta à contaminação por moscas e insetos diversos que são atraídos pelo mau cheiro, além do ar irrespirável que proporciona, ambos altamente nocivos à saúde.

Ciente da sensibilidade deste órgão e certo de poder contar com a costumeira atenção demonstrada em outros pleitos, fi-

camos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Educação, a fim de que seja autorizado o funcionamento de Ensino Supletivo a nível de segundo grau, Educação Geral, com frequência livre, no núcleo avançado de ensino supletivo de Pato Branco, na cidade de Pato Branco, a exemplo da UNAES.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A escola está funcionando a nível de primeiro grau, com uma clientela de mais de 1.500 alunos, que após conclusão da oitava série, não terão definição para prosseguimento de seus estudos. Uma vez que a mesma escola ofereça ensino de 2° grau, haverá um mínimo de evasão escolar, que já vem acontecendo no ensino de 1° grau.

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Transportes, a fim de que seja executada a obra de construção em pedras irregulares, do trecho compreendido entre Vitorino até Encruzilhada, passando por Partura, Alto Caçador e Caravaço, numa distância de m/m 15 km.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma reivindicação antiga dos agricultores, produtores, comerciantes e alunos da região mencionada, pela dificuldade de locomoção nos dias chuvosos, provocando grandes transtornos na vida dos moradores.

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Abrão Miguel, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, para que seja criada e instalada mais uma Vara na Comarca de Palmas.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O grande número de processos civis, criminais, trabalhistas, de menores e de família, vem impedindo que o único Juiz da Comarca, possa distribuir uma justiça melhor à sociedade que compõe a Comarca de Palmas.

REQUERIMENTO N° 682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrão Miguel, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, a viabilidade da criação e instalação da comarca de São João, Município do Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O afluxo de processos criminais, civis, trabalhistas, de família e de menores, oriundos do Município de São João, e aumento demográfico, e, por tratar-se de um anseio antigo de seus municípios. Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 199/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído instrumento de autorização oficial de órgãos, constituindo única exigência legal necessária para a retirada de órgãos passíveis de serem transplantado, quando da morte do doador.

Parágrafo Único - A opção de doador far-se-á mediante assinatura deste na autorização de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2° - A autorização oficial de que trata esta lei deverá vir impressa obrigatoriamente no verso das cédulas de habilitação emitidas pelo DETRAN - Paraná.

§ 1° - Para fins de habilitação do "caput" deste artigo, no verso das cédulas de habilitação impressas antes da publicação desta Lei constará carimbo padronizado da referida autorização oficial.

§ 2° - As cédulas de habilitação emitidas antes da publicação desta lei poderão ser regularizadas pelo DETRAN - Pr, mediante solicitação verbal do habilitado.

Art. 3° - É facultativo aos setores de programas credenciados de transplante de órgãos designar representantes para acompanhamento dos exames de habilitação realizados pelo DETRAN - Pr, a fim de implementar campanha de conscientização de doação.

Art. 4° - Na ausência da cédula de habilitação compete a Secretaria do Estado de Saúde fornecer a autorização oficial de

que trata esta lei, aos interessados em sua obtenção.

Parágrafo Único - No prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, a Secretaria de Estado de Saúde regulamentará o fornecimento da autorização oficial de doação de órgãos.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

No Paraná, o número de pacientes portadores de patologias passíveis de transplantes que atingem órgãos vitais à sobrevivência, atinge uma cifra elevada.

Tornando-se como exemplo a insuficiência renal terminal, estima-se hoje que muitos pacientes dependem exclusivamente dessa opção terapêutica para sua recuperação física e social.

Daí, justificar-se a importância desse procedimento, como instrumento fundamental que devolverá esse indivíduo à sociedade, em condições normais e conseqüentemente apto para contribuir com o seu trabalho e sua participação para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

O homem, antes dependente passará de beneficiário a contribuinte da previdência, crescendo à receita, que por sua vez poderá reverter para atendimento de urgência.

As dificuldades encontradas em nossa legislação que regem a doação de órgãos, ao contrário do que se observa em outros países da América e da Europa, impedem que o transplante a partir do doador em morte encefálica seja realizado em número suficiente para atender a demanda da população que necessita de tal procedimento.

Como salvar o paciente portador de doença cardíaca, pulmonar ou hepática terminal, senão pela substituição do órgão afetado?

Como aliviar o Estado do oneroso processo da diálise e ao mesmo tempo garantir ao paciente portador de insuficiência renal a melhor opção terapêutica até hoje conhecida?

Como devolver aos deficientes visuais a oportunidade única de ver, olhar, enxergar?

O transplante de órgão é a solução!

PROJETO DE LEI N° 200/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - As empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado oferecerão estágio supervisionado, educativo e profissionalizante a me-

nores de 14 a 18 anos incompletos, nas respectivas áreas de atuação, com duração máxima de 1 (um) ano, prorrogável uma vez por igual período, em número não inferior a 5% (cinco por cento) do corpo funcional da empresa.

Art. 2º - O estágio referido no art. 1º será remunerado e o acesso a ele se dará por meio de seleção pública, preenchidos os requisitos mínimos de escolaridade que as empresas fixarão para cada modalidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/04/90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Instrumento do estágio supervisionado, com objetivo profissionalizante e educativo, pode se transformar num eficiente mecanismo de capacitação de jovens estudantes, permitindo sua inserção em melhores condições no mercado de trabalho.

Além disso, esse mecanismo permitiria uma utilização mais intensiva das instalações e equipamentos das empresas estaduais, bem como do corpo técnico das mesmas. O quantitativo proposto (5% da força de trabalho) é plenamente aceitável do ponto de vista dos processos de trabalho, não interferindo na eficiência e produtividade dos mesmos.

Assim sendo, submeto o presente plano de lei para a apreciação dos nobres pares desta augusta casa de leis.

PROJETO DE LEI N° 201/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Batista em Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, que tem por objetivo reconhecer como de Utilidade Pública a IGREJA BATISTA EM QUATRO BARRAS, visa única e exclusivamente dar cunho legal a um reconhecimento que a própria comunidade já se encarregou de realizar.

O trabalho desenvolvido pela entidade em questão, junto à comunidade de Quatro Barras, tem a finalidade pura e determinada de cultivar a Deus, estudar a Bíblia, expandir o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, a salvação dos pecadores que o aceitem como único e suficiente Salvador e o preparo dos salmos para a se-

gunda vinda de Jesus Cristo.

Como se vê, claramente, desenvolve um trabalho religioso, inspirada em princípios são, utilizando da liberdade religiosa garantida pela Constituição Brasileira.

O grande número de filiados e seguidores que angariou é a prova do trabalho de interesse social que desenvolve, inclusive, o de cunho assistencial aos mais carentes.

De posse do Estatuto, Atas e demais documentos que acompanham o presente projeto, poder-se-á verificar o merecimento do reconhecimento, pelos relevantes serviços prestados ao povo do Paraná, em Quatro Barras.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 202/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da LAPA e ARAUCÁRIA para o Município de CONTENDA, com as divisas a seguir especificadas:

"Começa na foz do Arroio Passo da Guarda no Rio Iguaçu, sobe por este até alcançar a foz do Rio Isabel Alves pelo qual sobe até a confluência da estrada que liga a localidade de Guajuvira de Baixo com a antiga estrada que liga a localidade de Guajuvira de Baixo com a antiga estrada velha a Curitiba-Lapa, seguindo pela referida estrada de localidade de Guajuvira de Baixo rumo leste, até alcançar o Rio das Onças e por esta acima até sua nascente, de onde segue pelo divisor das águas rumo sudeste até a nascente do Rio Cachoeira, pelo qual desce até a foz da Água denominada Lavrinha, deste ponto por linha seca rumo 78°00'NO - 9.800 metros aproximadamente, até atingir o Rio dos Cardosos e por este acima até a foz do Arroio Passos da Cruz pelo qual segue até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Passos da Guarda, e por este abaixo até sua foz no Rio Iguaçu; ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desde a emancipação o Município de CONTENDA possui "de fato" as áreas pretendidas neste Plano de Lei que estamos apresentando conforme ampla documentação que anexamos, inclusive todos os serviços sempre foram executados pela Prefeitura de CONTENDA, como conservação de estradas, eletrificação rural, postos de saúde, pos-

to telefônico, escolas, etc.

Todos os próprios públicos existentes na área pertencem a Prefeitura Municipal de Contenda como poderá ser constatado pela documentação anexa.

A população existente na mencionada área, é toda assistida pela Prefeitura Municipal de Contenda, desde a emancipação do Município em 1951.

Todos os eleitores da área, pertencem ao Município de Contenda conforme comprovava-se com o número dos títulos eleitorais firmados pelos mesmos e reconhecidos pelo cartório competente.

Trata-se, Senhores Deputados, de simples ato para corrigir um engano feito quando da criação do Município de Contenda, que inclusive a principal avenida de sua sede pertence ao Município da Lapa. O próprio Senhor Prefeito Municipal tem sua residência no centro de Contenda pertencendo aos dois Municípios com a divisa atual dividindo ao meio sua propriedade.

O mesmo acontece com a área pertencente ao Município de Araucária que também entra no perímetro urbano de CONTENDA.

Para solucionar esta pendência, inclusive quanto ao recebimento de quotas do F.P.M. e I.C.M.S., esperamos a aprovação deste Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos nos Pequeno Expediente nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há 20 dias atrás, foi dado entrada num requerimento nesta Casa, pedindo a convocação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná Dr. José Cid Campelo, para que aqui viesse trazer algumas informações a respeito de matéria por demais importante, que deveria merecer uma análise mais profunda desta Casa.

E evidentemente que nós também recebemos, através do Advogado Dr. Eliud José Borges, inscrito na OAB n° 44.713, um fardo material a respeito do atraso no pagamento dos precatórios do Estado do Paraná. E por esta razão, estamos dando entrada à

Mesa Executiva hoje, deste requerimento, dizendo que há necessidade de que o Governo do Estado do Paraná esclareça esta Casa o que é que está acontecendo com os precatórios. O ilegal e inconstitucional atraso no pagamento de tais precatórios, investe o Estado na condição de inadimplente, diante dos que, por força de ação judicial, são merecedores do pagamento de diferença de remuneração.

As observações lúcidas do eminente advogado sobre o assunto, traduz uma preocupação de todos nós integrantes do Poder Legislativo no que diz respeito ao cumprimento da Legislação que garante os direitos de cada cidadão e os deveres do Estado, e nós temos essa documentação toda. São muitos precatórios que a receber do Estado do Paraná, envolvendo pelo menos nesta ação aqui do Advogado Eliud, aproximadamente 450 servidores públicos, a maioria deles professores, totalizando um crédito de 1809 BTNS, todos os precatórios são decorrentes da condenação do Estado ao pagamento de diferença de remuneração, daí sua natureza alimentar, segundo define o próprio decreto n° 4873/89, do Poder Executivo do Estado.

Nossos argumentos a seguir se atêm, por isso aos precatórios de natureza alimentar, ainda que achamos vergonhosa, ilegal e imoral a atitude do Executivo Estadual, que tudo tem feito para protelar o pagamento de todos os precatórios afora alguns precocemente pagos através de verdadeira picaretagem com bens públicos. O Estado andou pagando algumas dívidas oriundas também de condenação judicial, mediante abatimento de trinta por cento, e desde que ainda não houvesse sido expedido Precatório a respeito.

Com isso desviou muita verba que deveria ser utilizada para quitar os precatórios.

(Lê):

02. "Na Justiça do Trabalho, o devedor da verba incontroversa tem de pagá-la já na 1ª audiência, ou é penalizado pelo pagamento em dobro (art. 467 da CLT). É a proteção legal à verba de natureza alimentar, como o é a referente a salários.

03. No direito de família o devedor de verba alimentícia que deixar de pagá-la em três dias será preso, sem prejuízo da execução da dívida através de penhora de seus bens (art. 733 e seus parágrafos do CPC c/c o art. 5° - LXVII da Constituição Federal).

04. O art. 100 da Constituição Federal, combinado com o art. 33 de suas disposições transitórias, deu relevo às dívidas de natureza alimentar, ou alimentícia, excluindo-as da ordem cronológica dos precatórios em geral, para, implicitamente, determinar o seu imediato pagamento, em

coerência, aliás, com o inciso LXVII do seu artigo 5º, que prevê prisão civil para o responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentícia.

05. Os Tribunais do País, principalmente da esfera trabalhista, onde a maioria das condenações refere-se a salários, que têm cunho alimentar, com o surgimento das imposições constitucionais, não tardaram em condenar os órgãos públicos ao imediato pagamento das dívidas de natureza alimentar, a exemplo do v. Acórdão do Eg. TRT-4ª Região, aposto ao Mandato de Segurança nº 121/88, assim ementado:

Como os créditos trabalhistas têm natureza alimentícia, a execução deles frente a entidades públicas, com a advento da Constituição Federal, promulgada em 05-10-88, não pode ser feita através de precatório, e sim pelas normas comuns da CIT. O precatório não mais pode ser utilizado em se tratando daqueles créditos de natureza alimentar, como dispõem, coativamente, o art. 100 da Carta Magna e o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos encaminhando à Mesa desta casa, hoje, este requerimento, pedindo a transcrição nos Anais desta Casa desta matéria, de fundamental importância, que aqui foi levantada há questão de 20 dias atrás, com o convite feito ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, advogado José Cid Campeiro. Porém, o requerimento, falha-me a memória, agora, de quem era a autoria. Parece-me que é autoria do Deputado Hermas Brandão e foi rejeitado pela maioria da Bancada do PMDB.

Então, trazemos aqui estes dados, para também esclarecer a situação difícil pela qual passam alguns servidores do Estado, em função do não pagamento destes precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PDC se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PRN, se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PSDB, se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PT, se deseja fazer uso do seu horário. Quem espera, sempre alcança.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas; demais presentes à nossa Sessão Legislativa de hoje.

A nossa agricultura brasileira, que já vinha "mal das pernas", teve a sua situação agravada pelas primeiras medidas do novo Governo, o Governo Collor. As próprias trapalhadas do Ministro que ficou menos de 15 dias no cargo ilustra o descalço em que se encontra a nossa agricultura.

O Plano Collor, criticado, hoje, sob vários aspectos, não contemplou uma política agrícola de apoio à produção, e principalmente a produção de gêneros alimentícios, tão necessários para o nosso País. Entre as medidas adotadas, alguns terão profundos reflexos sobre a agricultura, que precisam ser considerados. A adoção do "câmbio flutuante", como se chama, vai favorecer o setor agro-exportador, provocando a elevação dos preços dos produtos destinados ao mercado externo, como o suco de laranja, o soja, o café, o açúcar, o fumo e outros. Os exportadores receberão do Banco Central mais cruzeiros por seus dólares. Isso significa que a agricultura voltada para as exportações também poderá ser estimulada por preços mais atrativos.

Por outro lado, poderá estar ocorrendo uma significativa queda dos preços dos produtos destinados ao mercado interno como as carnes, milho, arroz e hortifrutigranjeiros em geral. Isso se dá em função da redução da demanda causada pelo aperto brutal da nossa liquidez. A recessão econômica que começa a se manifestar com integridade em diversos setores da economia atinge com maior impacto o setor agrícola. Os pequenos agricultores que se dedicam à produção de alimentos que abastecem o mercado interno serão sem dúvida os mais afetados.

O desemprego também ameaça os trabalhadores rurais. O jornal "A Folha de São Paulo", na sua edição de segunda-feira, notificava que em São Paulo e Minas Gerais os bóias-frias eram contratados a 180 cruzados por dia antes do Plano Collor ou 3.900,00 por mês. Hoje, estão sendo contratados por 90 por dia ou 1.980,00 por mês. Muito abaixo do salário-mínimo. E a situação aqui no Paraná nós sabemos bem que não é diferente. Esse quadro mostra que a miséria pode se alastrar no campo. São cerca de 700 mil bóias-frias só no Paraná. A falta de atenção do Governo ao problema criado à agricultura com esse

Plano Collor pode significar o desencadeamento de uma verdadeira convulsão social. Estas famílias estão fadadas ao desespero sem ter de onde arrancar seu sustento, é preciso que as autoridades considerem o assunto e que o Congresso Nacional exerça a sua soberania em propor modificações ao Plano que atenda ao setor agrícola.

A crise dramática no mercado de trabalho agrícola sobretudo no emprego da mão-de-obra ambulante é hoje uma realidade. Sem dinheiro o nosso País que não tem dinheiro para seus negócios as empresas de agropecuária e todas as unidades que contratam costumeiramente trabalho estão deixando de fazê-lo. Em consequência nossos assalariados começam a viver uma crise de penúria sem precedentes.

Esse é o quadro preocupante da nossa agricultura.

É preciso que o Governo defina com toda urgência uma política para o setor reservado aos pequenos agricultores um tratamento diferenciado. Ao mesmo tempo a situação dos trabalhadores temporários deve ser encarada em toda a sua dramaticidade com a definição de medidas que amortizem o efeito da recessão.

E finalmente, a curto e médio prazo a reforma agrária deve ser aplicada como eficiente instrumento de democratização da propriedade e do incentivo à solução.

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan. Havendo declinado está encerrado o horário do Expediente.

Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedimos pela ordem para registrar a presença no plenário na sessão de hoje de liderança de São Pedro do Ivaí e Grandes Rios. De São Pedro do Ivaí o Prefeito Osvaldo Reinato; Presidente da Câmara, José Bardan e os Vereadores Jorge Saqueto e Armando Santaneli. E de Grandes Rios o Prefeito João Aparecido do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1549 do Tribunal Regional Eleitoral, subscrito pelo Senhor Diretor Geral em exercício, constante do expediente, comunicando sobre o proces-

so do Senhor Deputado Pirajá Ferreira.- À Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei em n° de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Proj.de lei de autoria do Sr.Dep.Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diret. Legislativa.

Proj.de lei de autoria do Sr.Dep.Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diret. Legislativa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela ordem) - Senhor Presidente, a liderança do PDT solicita a intervenção da Mesa para registrar a presença, hoje, no Plenário de representantes da Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, da Coordenação do Paraná, que estão aí fazendo as reivindicações dos professores especiais, que eles são, estão distribuídos em todo o Paraná e merecem realmente a atenção de todo o Poder Legislativo.

Era esse nosso pedido de registro na Ata dos trabalhos da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 19/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

"Inicia na foz do Rio Cotia, junto à margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (Grw), segue o citado Rio Cotia acima, até a foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município e Tibagi. Daí segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor de água, junto a estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue o Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho,

daí, segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí, em linha reta, cruzando a Rodovia e a Ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí, segue este arroio abaixo até a sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí, segue o Rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de uma afluente da marginal direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitanguí, e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitanguí, e segue Rio Pitanguí abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e Rio Pitanguí abaixo até alcançar a Foz do Rio Congonhas, e segue este acima, até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, daí, segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo, até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí, segue o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.90

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti,
Antônio Costenaro Neto,
Algaci Túlio e
Vera Agibert.

Comissão Geral

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.-
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 10/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a realização de ple-

biscito, na área que especifica, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Manoel, desmembrando-o do Município de Indianópolis. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

Comissão Geral

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 10/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Manoel desmembrando-o do Município de Indianópolis.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.-
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 161/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria o Hospital Regional da Mulher de Londrina de acordo com o Art. 170 da Constituição Estadual do Paraná. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

Comissão Geral

PROJETO DE LEI N° 161/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade criar o Hospital Regional da Mulher de Londrina, de acordo com o art. 170, da Constituição Estadual do Paraná.

Analisando a matéria verificamos a inexistência de óbice de natureza Constitucional, legal e regimental que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEAO

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.-
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 88/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIACENTINI e NILTON BARBOSA, que cria o Município de ENCANTADO DO OESTE, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

Comissão Geral
PROJETO DE LEI N° 88/90

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, visa criar o Município de ENCANTADO DO OESTE, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand.

Os requisitos legais, para transformar-se em Município estão atendidos.

Esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.-
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 08/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria o Município de FAROL, desmembrado do Município de Campo Mourão, com divisas que especifica.

PROJETO DE LEI N° 08/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de FAROL, desmembrado do Município de Campo Mourão, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Goioerê; sobe pelo Rio Goioerê até a Foz do Rio Farol; Sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este, pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do Arroio Izidoro; desce por este até a sua Foz no Arroio Paraguai; desce por este até sua Foz no Rio Riozinho; desce pelo Rio Riozinho até sua Foz no Rio Goioerê, PONTO INICIAL".

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Município de FAROL:

"Começa no entroncamento da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Ceará, segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por esta até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Bahia, por esta até a Rua Alagoas, por esta até a Rua Goiás, por esta até a Rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, PONTO INICIAL E FINAL."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditando na força do trabalho como fonte geradora do progresso, o Distrito Administrativo de Farol, que conta com uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades básicas da população, sente-se no direito legal de constituir-se em Município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo todos os requisitos solicitados pela lei, para transformar-se em Município, a população distrital não vê, pois, razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Campo Mourão, no momento em que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do Distrito estão amplamente empenhados na concretização deste ideário e portanto, somos estimulados a admitir dentro da nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo o poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa egrégia Assembléia, que tão sabiamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente projeto de lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

Comissão Geral
PROJETO DE LEI N° 08/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade de criar o Município de FAROL, desmembrado do Município de Campo Mourão.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da Comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispostos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.-
Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 199/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que cria o Município de Ventania com território desmembrado do Município de Tibagi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Em anexo Projeto de Resolução n° 45/89). - (Publ. no D.A. n° 70, de 15.08.89.)

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 199/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, visa criar o Município de Ventania com território desmembrado do Município de Tibagi.

Chamada a opinar esta Comissão, através desse Relator, sobre o aspecto legal e constitucional da matéria entende que a mesma encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica dos Municípios, respeitando todos os seus dispositivos legais.

Quanto à análise do aspecto constitucional e legal nada encontramos que impeça legal tramitação do projeto de lei em tela por esta Augusta Casa de Leis, aproveitando-se a melhor redação e estética apresentada na Certidão fornecida pelo IBGE, nos posicionamos favoravelmente a matéria.

Isto posto, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, conforme projeto de resolução em anexo, que autoriza a realização de plebiscito no referido Município.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

Em discussão o parecer e o projeto.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 391/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a "Fundação IBEMA" com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 158/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que cria o Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama, com as confrontações idênticas às do Distrito

Judiciário de Vila Alta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da Assembléia, por unanimidade.

Comissão Geral

PROJETO DE LEI N° 158/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, tem por finalidade criar o Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama, com as confrontações idênticas as do Distrito Judiciário de Vila Alta.

Analisando o projeto, temos que o mesmo atende as documentações exigidas pela Lei Complementar n° 1/67, inexistindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 269/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Cafezal, tendo como área os Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Comissão Geral

PROJETO DE LEI N° 269/85

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar o Município de Cafezal, tendo como área os Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama.

Analisando o projeto, temos que o mesmo atende as documentações exigidas pela Lei Complementar n° 1/67, que regulamenta a matéria, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Ainda sobre o referido projeto, Substitutivo Geral, de autoria do Senhor

Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 269/85
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1° - Fica criado o Município de Cafezal do Sul, desmembrado do Município de Iporã, composto pelos Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, com sede na localidade de Cafezal e com as divisas e confrontações seguintes:

"Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Divisor ou Iretama no Rio Xambrê, divisando com o Município de Pérola; pelo Rio Xambrê acima divisando com o Município de Xambrê; até a foz do Ribeirão Peroba, por este acima até a foz do Córrego Mariza, por este acima até o prolongamento da Estrada Santa Ines (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4, por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora, pela Estrada Divisora ou Dr. Saldanha até o entroncamento da Estrada da Prata; pela Estrada da Prata, divisando com o Município de Iporã até o seu final; nas proximidades do Rio Jangada, deste ponto, em linha reta e seca alcança o Rio Jangada; pelo Rio Jangada acima, até a Ponte na Estrada Mosquito; pela Estrada Mosquito até a Estrada Divisora, digo até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até encontrar o Marco 0, confrontando com a Estrada do Aeroporto; segue pela Estrada do Aeroporto, até encontrar o Marco 12, ainda divisando com o Município de Iporã; deste ponto, segue até o Marco 11 cravado às margens do Córrego do Azulão; pelo referido Córrego abaixo, até o Marco 10; deste ponto, segue pela Divisa de lotes até encontrar o Marco 9; deste ponto, desce pelo Córrego Divisor ou Iretama até a sua Foz no Rio Xambrê".

Perímetro Urbano:

"Tem como ponto inicial e final o encontro da Avenida Edson com a Avenida Irlanda; pela Avenida Irlanda até o entroncamento com a Estrada Divisora (Divisa Intermunicipal com Alto Piquiri); pela Estrada Divisora até o entroncamento com a Avenida Rio Branco; pela Avenida Rio Branco até a Avenida Pasteur; pela Avenida Pasteur até a Avenida Paris; deste ponto em linha seca, até alcançar a Rua México; pela Rua México até a Avenida Edson; pela Avenida Edson até o encontro com a Avenida Irlanda".

Art. 2° - O Distrito Administrativo de Jangada passa a ter as seguintes divisas e confrontações:

"Inicia no Ribeirão Jangada, na ponte da Estrada Divisora, confrontando com o Município de Alto Piquiri; daí pela Estrada Divisora ou Dr. Saldanha até o entroncamento com a Estrada da Prata; pela Es-

trada da Prata, divisando com o Município de Iporã, até o seu final; deste ponto, em linha seca alcança o Rio Jangada; pelo Rio Jangada acima até a foz do Ribeirão do Jangada, ainda divisando com o Município de Iporã; pelo Rio Jangada acima, até a ponte na Estrada divisora".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: José Felinto, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo Geral ao projeto de lei em tela, visa adequar as confrontações e divisas atribuídas ao novo Município, visto que em tramitação processual legislativa, encontra-se o Projeto de Lei n° 05/87, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, objetivando a criação do Município de Perobal, desmembrado do Município de Umuarama, sendo que o presente plano e o acima mencionado, possuem em seu bojo, o Distrito de Cedro, como elemento composto e incorporado à criação de ambos os Municípios.

Este Substitutivo Geral, retira o Distrito de Cedro de seu objeto, ficando a composição para a criação do Município de Cafezal do Sul, disposta através da aglutinação dos Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada.

A presente iniciativa, não deixa de observar o disposto na Lei Complementar n° 01, de 9 de novembro de 1967, pois a retirada do Distrito de Cedro, não implica na perda das condições impostas pelos requisitos da referida lei.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares, com assento nesta Casa, ao presente Substitutivo.

Em discussão o Substitutivo Geral.- Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 177/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana e Mário Pereira, que cria o Município de Santa Lúcia, "ad-referendum" do resultado do plebiscito, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 69/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Apoio ao Fissurado Lábio-Palatal" de Maringá. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 06/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrando-se de São Miguel do Iguaçu. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 10, de 12.03.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 94/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Nova Santa Bárbara com território desmembrado dos Municípios de Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra, com sede e foro na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 5, de 05.03.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 70/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria o Município de Bragantina, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90).

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 666, 669, 675, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 664, 663, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 678, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 667, 668, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 671, 672, 673, 674, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 679, 680, 681, 682, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 683, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Senhores Deputados Namir Piacentini, Pedro Tonelli, Hermas Brandão e demais Senhores Deputados, constantes do expediente.

O requerimento vai ser lido pelo Senhor 1° Secretário.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Lê súmula do requeri-

mento).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, Deputado Nereu Massignan. Vossa Excelência pediu para discutir?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu fui bem claro na minha intervenção e antes da do Deputado Artagão, no sentido de que queria encaminhar o requerimento, e isto me permite usar a Tribuna.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Foi pedido para discutir, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Antes disso foi solicitado o encaminhamento do requerimento e nada impede que os parlamentares possam fazer o devido encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir a questão de ordem, transferindo para a sessão de amanhã o requerimento, porque houve pedido de discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, mas isso impede o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O processo normal será na próxima sessão que é amanhã. O requerimento está na fase de discussão, e de acordo com o regimento interno discutindo a matéria, solicitando para discutir é adiada a discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu me inscrevo para explicações pessoais, Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me inscrever também para explicações pessoais.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, inscrito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco esta Assembléia ouviu um requerimento de convocação do Senhor Governador Álvaro Dias, do Vice-Governador Ary Queiroz, de autoridades e cidadãos, para

em Comissão Especial e em sessões públicas virem aqui dar uma satisfação ao povo do Paraná. Por que a convocação aqui na Assembléia? Porque aqui está o povo, os Deputados por mandato, e a garantia de assistir, e o povo que não está aqui, mas pela ressonância e pela divulgação dos fatos na Assembléia, tomarem conhecimento desta grave denúncia, deste fato que eu já classifiquei de inusitado, onde o Senhor Governador acusa este Estado de estar infestado de "filhos do mal".

A Assembléia não pode aceitar esta acusação grave sem que tome também a si as suas atribuições de convocar essas autoridades, para aqui, em sessão pública, com a participação de todos os Deputados e da sociedade através dos Deputados, sabermos quem são os "filhos do mal".

Esta República já tem precedentes históricos graves da renúncia de Jânio Quadros quando se atribuiu a forças ocultas a sua saída da Presidência da República. Agora, um fato semelhante acontece, não com a renúncia, mas com um "fisco" sem explicações, com graves e genéricas acusações. Quem são os "filhos do mal"? Os professores que reivindicam melhoria salarial e estão em greve, os funcionários públicos, que decretam greve amanhã? Senhor Governador, venha à Assembléia nos dar respostas a isto. Quem são os que tramam neste Estado; quais as pessoas, os grupos que querem dilapidar o patrimônio público? Onde estão? Não estão! A transparência dessa denúncia, o conhecimento público, detalhado, objetivo, deste fato gravíssimo aqui do Paraná? Apesar das insistentes perguntas feitas pela imprensa e pelos repórteres, o Senhor Governador até agora não avançou sequer um centímetro nesta denúncia genérica, nessa transformação de um Jânio Quadros invertido, que não renuncia, acusa forças do mal, filhos da maldade, grupos açambacadores do patrimônio público; e isto fica por conta da explicação genérica do Governador. O Paraná não quer essa explicação genérica, a Assembléia, como foco de ressonância das perguntas que se fazem aí fora, queremos saber: Senhor Governador, por que esta permanência? Se é o medo de entregar o Governo! É uma pergunta.

Seria a possibilidade de um futuro governo adotar uma postura de transparência e de notório conhecimento público do Estado? É outra pergunta.

Temos, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Carta do Sr. Governador:

"Não posso deixar o governo, diz ele, num momento em que as forças atingidas pela ação moralizadora de nossa administração feridas em seus interesses escusos se organizam para tramam até mesmo contra os interesses superiores do Estado".

Supondo-se que as forças atingidas pela moralização, todas elas estejam fora do governo, supõe-se que o governo Álvaro Dias não tem nenhuma ação que o desmoralize.

Ora, se todas as forças atingidas pela moralização estão fora do governo, não se justifica o medo da explicação do seu próprio governo, porque ele, em não tendo participação de forças desmoralizadoras, é um governo moral. E, em sendo moral, não há por que esconder da Assembléia e do povo paranaense os seus atos e as suas ações governamentais.

Disse o Governador em uma das entrevistas pela televisão, que não conhecia a equipe do futuro governo.

Ora, Srs. Deputados, povo paranaense, ontem aqui na Assembléia foram citados vários nomes que pertenciam à equipe anterior: Gino Azzolin, Antônio Carlos de Almeida, Presidente do Banco do Estado, e que iria para a Secretaria da Educação, Darci Kupper, Chefe da Casa Militar que permanecia no governo, Gilda Poli Rocha Loures convidada pelo vice-Governador, Ary Queiroz, e que é a Secretária da Educação e tantos outros nomes...

Tem mais de vinte. Vejam bem a gravidade disso: mais de vinte pessoas convidadas pelo vice-Governador, Ary Queiroz, já participavam do governo Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias diz que não conhecia a equipe do futuro Governador que iria assumir. Se não a conhecia, como se explica essas mais de vinte pessoas que pertenciam ao seu governo? Ele não conhecia o Dr. Almeida, Presidente do Banco do Estado? Ele não conhece o Coronel Darci Kupper, Chefe da Casa Militar? Ele não conhece o Dr. Mac Donald Dive, que era Diretor Geral da Secretaria e seria o Secretário da Segurança Pública?

Vamos supor que a argumentação do Governador seja verdadeira. Se não conhece a equipe, coloca toda esta equipe sob suspeita? E se coloca sob suspeita, suspeita do seu próprio governo.

É isto que nós queremos saber nesta Assembléia, e que o povo do Paraná quer saber.

Como está este governo?

Já que não saiu do governo, não quis prestar contas na saída, deve agora por esta acusação genérica, vir à Assembléia, nobre Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, deve vir aqui nesta Casa dar as devidas explicações.

A própria Constituição assim o permite. Esta Assembléia teve fato semelhante no governo José Richa, quando aqui em Sessão pública compareceram o Secretário Belmiro e o Secretário Erasmo Garanhão, e agora, por que não o próprio Governador?

Porque nós queremos, Sr. Presidente,

Curitiba, terça, em 03.04.90

Srs. Deputados, os Parlamentares desta Assembléia querem que o Governador venha aqui dizer quem são os "filhos do mal", porque esta Assembléia Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem interesse tanto quanto o Governador, saber quem são os "filhos do mal". Nós queremos saber quem são os "filhos do mal", para juntos ajudarmos o Governador e mandar os "filhos do mal" para fora do Estado do Paraná, para a cadeia, se for o caso, se for os corruptos, as forças corruptoras, que se preparavam para açambarcar o Paraná.

Esta Assembléia quer colaborar com o Governo e essa colaboração se consuma na medida em que aqui o Governador venha declinar os "filhos do mal" e, a partir disso, teremos certeza de que a Assembléia cumpre o seu dever patriótico de dar satisfação à sociedade paranaense, que se vê atingida pela acusação genérica de que este Estado está inundado por "filhos do mal". A Assembléia, fazendo isso, vai transformar esta acusação em conhecimento público e, a partir disso, o Paraná não terá "filhos do mal", terá um Estado recheado de filhos do bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, em explicações pessoais, ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Nereu Massignan entra com um requerimento, nesta Casa, solicitando a instalação de uma comissão especial de investigação com qual objetivo? Com o objetivo de verificar a situação financeira do Estado do Paraná e esclarecer, entre os Deputados e a população do Paraná, uma denúncia grave, que foi colocada pelo Governador e que está preocupando a todos. A preocupação é de que se o vice-Governador Ary Queiroz assumisse o Estado com a equipe de Governo que ele havia nomeado estaria entregue o Estado nas mãos de bandidos, "os filhos do mal", que ninguém sabe quem são.

Ficou uma palavra no ar muito mais parecendo um argumento de campanha do que um argumento efetivo que precisa, necessariamente, ser esclarecido.

Vejam, Srs. Deputados, vamos admitir que o Sr. Governador permanecesse, como lhe é de direito, à frente do Governo do Estado e estivesse vindo, perante a opinião pública, e dito: eu vou ficar porque não concordo com as pessoas que estão assumindo o Estado, através do vice-Governador, em função de que não são pessoas política e eleitoralmente, em quem eu confio. Se ele dissesse assim ficaria mais claro, mas da forma como foi feito perdura uma dúvida

por cada esquina e por cada rincão deste Estado em relação a um episódio que não pode a história ficar às escuras. Não podemos, nós os Deputados, não termos explicações claras e objetivas destas denúncias. É fundamental que quando um Governador do Estado com toda a legitimidade que possui, porque eleito foi, e que faz uma denúncia desta, imagina-se que há por trás desse processo todo um conhecimento que ele tem e que a população não.

E os homens de bem deste Estado, aqueles que consideram que a moralidade, que o Governo justo, que o Governo correto deva ser implantado e deve ser continuado...

O SR. ACIR MEZZADRI - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PAULO FURIATTI - ... na sequência... exigem, até para que nós aqui, Deputados, possamos ajudar a este combate. Porque como nós, Deputados, poderemos combater apenas palavras? "Filhos do mal" - Quem são? Quais os interesses? Quais os acordos? O que existia por trás e quais, efetivamente, as denúncias concretas que geraram isso.

Concedo um aparte ao Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI - Inicialmente eu gostaria de cumprimentá-lo pelas posições firmes que Vossa Excelência coloca na tribuna na tarde de hoje; mas, gostaria também, nobre Deputado Paulo Furiatti, de lembrar Vossa Excelência de um pronunciamento, no "Bom Dia Paraná", do eminente Governador do Estado Álvaro Dias que colocava, enfaticamente, que o Estado deverá arrecadar mais dinheiro, mais recursos, até porque esses recursos represados pelo Governo Collor, que não mais retornarão, quis dizer com isto que o Governo Federal não irá pagar essa importância que foi retida nos bancos através de poupança e diversas aplicações. Eu acho que é uma denúncia grave, Deputado, denúncia grave porque nós estamos começando hoje um novo Governo, um Governo que tem a credibilidade da população brasileira e que hoje um Governador de Estado coloca sob suspeição a atitude econômica, o plano econômico do Governo Collor. Recebi inúmeros telefonemas de empresários, pessoas que tiveram seus dinheiros retidos nos diversos Bancos do Estado do Paraná. Portanto, eu acho interessante, eu acho importante que essa colocação, essa afirmação feita pelo Governador seja devidamente esclarecida, até porque está gerando assim quase que um pânico em saber, as pessoas, que não mais receberão esses recursos.

O SR. PAULO FURIATTI - Para concluir, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, eu não tenho dúvida, porque até conheço Deputados aqui dentro, do PMDB e da Oposição, que se sentirão honrados pela oportunidade que a Assembléia dará e não tenho dúvida que o próprio Governador, corajoso como é e que enfrenta os problemas, virá a esta Casa, dirá e abrirá todos os dados a respeito das finanças públicas e vai nos dizer aquilo que ficou no ar, aquilo que nós não sabemos: quem são os "filhos do mal", quais as articulações, quem engendrou, quais as preocupações, até porque nós Deputados somos co-responsáveis por esta situação no sentido de ajudar a desenvolver uma administração. O que não pode é essas acusações ficarem no ar e ninguém saber como, por que e apenas permanecer algumas manchetes e de repente se esquecer e como falou o Deputado Nêreu Massignan, até hoje ninguém sabe quais foram as forças ocultas que impediram o Jânio de permanecer na Presidência. E eu gostaria de como Parlamentar, historicamente, não terminar este ano Legislativo sem clarear definitivamente essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana em explicações pessoais.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Acho que esta questão será amplamente discutida no momento da votação do requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan e outros. No entanto, Senhor Presidente, algumas justificativas necessitam ser dadas nesta Casa com respeito ao episódio do afastamento ou não do Governador Álvaro Dias para disputar uma vaga no Senado. É evidente que neste momento cada qual, pelo enfoque que pretenda dar, busque razões, explicações, justificativas, contentamentos e desencantos. No entanto uma coisa é muito clara, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Governador Álvaro Dias, como qualquer Governador de Estado, Prefeito, Deputado, Presidente da República, qualquer cargo eleito e diplomado para cumprir um mandato de tanto a tanto. A essa autoridade revista de uma função e tão somente a ela cabe a renúncia ou não antecipada do cumprimento do seu mandato. É legítimo por parte do governo, por mais que alguns discordem, é legítimo por parte do governo afastar-se no final do seu mandato ou não. E convenhamos: é uma opinião pessoal e unilateral! Ninguém tem o direito de questionar, querer um pedido de explicação por que não fez a renúncia. (interferência das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

solicita às pessoas que assistem à sessão que fiquem silenciosas ouvindo o pronunciamento dos Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Espero que os componentes desta assistência na Assembléia, que eu estou vendo na faixa "EDUCAÇÃO ESPECIAL", e que possivelmente estejam aqui na busca do diálogo, do entendimento, da possibilidade de discutir as suas próprias reivindicações, entendam que com clima de hostilidade, bastando pura e simplesmente o fato de se mencionar o direito ou não de alguém investido num cargo de renunciar ou não, não me pareça que seja o melhor caminho para que se possa buscar o entendimento. A hostilidade nunca leva ninguém a nada. Quando se busca o entendimento se busca o diálogo. A primeira coisa que se exige é o respeito entre as duas partes e como não estou aqui ofendendo ninguém e como não estou aqui pedindo aplausos de ninguém, também acho que não mereço a vaia de ninguém até porque não estou nem se quer tratando do assunto pelo qual as pessoas estão aqui a reivindicar.

Dizia eu, Senhor Presidente, que recentemente o Deputado Luiz Alberto Oliveira pediu licença do seu mandato, por interesses seus. Nos cabe questionar, nos cabe querer saber por que que o Deputado Luiz Alberto pediu licença do seu mandato? Não. A ele cabe dar continuidade ao seu mandato ou pedir licença, porque é uma questão unilateral de vontade. Há uma diplomação para um cargo. Por outro lado até em respeito às pessoas convidadas pelo vice-Governador Ary Queiroz, para compor o seu secretariado até por respeito a essas pessoas, para que nós, na guerra política não venhamos dar um enfoque errôneo de todas as colocações que foram feitas e nisso eu invoco toda a imprensa no Paraná que está aqui presente e estava presente na entrevista coletiva em que em nenhum instante o Governador Álvaro Dias pôs qualquer tipo de dúvida sobre a equipe do Governador Ary Queiroz.

Lembro perfeitamente da entrevista e a imprensa que está aqui sabe perfeitamente quais as palavras que foram usadas. Por que Senhores, tinha 50 a 60 jornalistas e um ato dessa profundidade evidente que faz com que o jornalista responsável para levar a matéria para o seu jornal, vá fundo da questão da pergunta. Em todos os instantes o Governador disse que não conhecia alguns integrantes da equipe. Foi re-perguntado pela imprensa se ele punha dúvida sobre a conduta de algum dos secretários, ele disse que não punha dúvida sobre nenhum, apenas não conhecia alguns. E a imprensa repicou na pergunta perguntando se ele convidaria algum dos secretários indicados pelo Governador Ary Queiroz.

Curitiba, terça, em 03.04.90

para compor o seu governo, e ele disse que poderia convidar, apenas não conhecia algum dos integrantes.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Permite-me um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu já lhe concedo. Se eu faço essa colocação é para resgatar aqui, neste plenário, que eu ouço há dois, três dias se colocar como se os Secretários convidados pelo Dr. Ary Queiroz tenham recebido qualquer tipo de desconfiança por parte do governo. Não houve isto em instante nenhum. Quem está dizendo isto, neste momento, é o Deputado Caíto Quintana. Com quem os senhores podem se informar sobre a veracidade disto que estou dizendo, é com o setor de imprensa que está aqui na Casa agora e acompanhou e gravou toda a entrevista.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. concede-me um aparte?
(Assentimento).

Deputado Caíto, não sei por que causa tanta estranheza, aos Deputados da Oposição, a permanência do Governador Álvaro Dias até o término de seu mandato de quatro anos. Na verdade, não foi só no Paraná que aconteceu este fato. Tivemos recentemente um caso idêntico do Governador Jereissati, que ia disputar uma vaga no Senado, no Estado do Ceará, e que resolveu terminar também o seu mandato junto à sua população.

Esta história que se levanta de "filho do mal", é uma forma de tentarem atingir o Governador Álvaro Dias. Se analisarmos a questão do "filho do mal", aqui vivemos alguns momentos com alguns "filhos do mal", que muitas vezes se retiraram do plenário para não votar o orçamento do Estado do Paraná. E eu entendo que isto é um ato de maldade, porque não atinge a figura do Governador do Estado, mas atinge todos os segmentos da sociedade do nosso Estado.

Talvez esta forma que se usa hoje de "filho do mal", não é bem isto. É que alguns decidiram deixar as fileiras do partido do PMDB na esperança de que o Governador Álvaro Dias talvez saísse. Mas, na verdade, o Governador permaneceu. E alguns até, que deixaram as fileiras do PMDB, devem estar sentindo os reflexos políticos nas suas bases eleitorais.

Eu, como permaneci ao lado do Governador, estive no passado, estou no presente, continuarei no futuro, não tenho esta preocupação, porque o Paraná terá a oportunidade, sim, de saber as verdades. Se é uma coisa que o Governador Álvaro Dias não esconde é a seriedade e, acima de tudo, a honestidade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Deputado Nereu Massignan tinha uma questão?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Nobre Deputado Caíto Quintana, V.Exa. habilidosamente como bom Parlamentar, renomado tribuno, conceituado político que sabe usar os argumentos da lógica, o faz com muita inteligência e perspicácia. Na verdade quando V.Exa. afirma que é um direito do Governador ficar, também concordamos. Quando V.Exa. diz que ele foi eleito para quatro anos também concordamos. Mas, não estamos discutindo este mérito. Queremos algumas explicações.

Primeiro, a Assembléia na sexta-feira estava convocada para receber a renúncia do Governador. A Assembléia emitiu convites para a posse do vice-Governador. O Governo do Estado emitiu convites para transmissão do cargo do Governador ao vice-Governador. A Assessoria Militar emitiu um boletim interno reservado, dando todos os detalhes da posse e o vice-Governador Ary Queiroz montou sua equipe, convidou-os, deu conhecimento público disto. Este fato por si só já é inusitado.

Mas, vamos excluir tudo isto também, que o Governador tinha resolvido ficar e tivesse feito um comunicado à Assembléia dizendo:- resolvi ficar, não vou mais renunciar. Tivesse feito um simples ofício, um comunicado e tivesse dito à imprensa que ia ficar porque achava que devia governar até o final do mandato. Não haveria motivo nenhum em estarmos aqui fazendo investigações, pedindo depoimentos em Comissão Especial. O que nós não podemos aceitar, nobre Líder, é a nota do próprio Governador, em que ele acusa no segundo parágrafo forças que estariam se preparando para tomar de assalto o Governo. Acusa forças que tentaram destruir o Banco do Estado. E diz, em uma entrevista na televisão, que atribuía isso aos "filhos do mal". Isto, que nós queremos saber com relação a equipe, no momento em que o Governador diz que não a conhecia - isto foi na Rede Globo de Televisão às 7 e meia da manhã. Quando ele coloca esse argumento de que não conhecia a equipe, de duas, uma: ou ele queria que o futuro Governador Ary Queiroz escolhesse uma equipe que ele conhecia, e aí estava em jogo a própria independência de quem assume. E, na medida em que isto é colocado ele impunha condições: "Bom, o Ary poderia ser Governador desde que a equipe fosse minha". Minha conhecida. É esse o argumento? É isto que queremos saber. A suspeita não é só com relação a equipe, também está pelo Paraná inteiro, porque existem "filhos do mal" e forças.

Olha, naquela entrevista, Deputado Caíto Quintana, em que houve aquele "pool"

de Cascavel, transmitido pelo Canal 2, o próprio Governador dizia que iria colocar e pedia de público que a Polícia Federal saísse atrás das pessoas que queriam quebrar o Banco do Estado. E nós sabemos que em Cascavel, o Deputado Martinez falou isso em um programa de televisão, que o Banco do Estado estava quebrado. Ora, então não precisa ficar só no conceito genérico. A Polícia Federal, segundo pedido do Governador, já tem um dado e um complemento disto. Não se pode ficar nessa generalização. É esta a nossa preocupação, onde estão os "filhos do mal", quem são e o que pretendiam. A denúncia é grave. O Governador Tasso Gereissati saiu e não houve nada disso que houve aqui, em absoluto. Ele apenas se descompatibilizou para ser candidato a Senador...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Ele não saiu, Deputado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas, lá não houve uma convocação do Vice-Governador e convites. No Ceará, pelo que me consta, não existem os "filhos do mal".

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Nereu, V.Exa., apenas porque encerrou a colocação, o Governador Tasso Gereissati não deixou o Governo. Houve um fato idêntico ao do Paraná. E eu lamento, Deputado Nereu, sinceramente eu lamento, que as coisas tenham se precipitado e sido realizadas em cima da hora. Lamento! No entanto, ao detentor do mandato cabe até o último instante a renúncia ou não. Porque, note bem, a Assembléia Legislativa nem sequer tinha recebido oficialmente o pedido de renúncia do Governador. A Presidência da Assembléia teve a informação da não renúncia do Governador, e não poderia vir um documento do Governo para a Assembléia dizendo não vou renunciar, porque não tinha nenhum documento dizendo vou renunciar. Como a colocação de conhecimento público era oral, no entendimento, é evidente que o Governador tivesse que noticiar isso ao Presidente da Assembléia oralmente. Não teria sentido um ofício aqui, dizendo não vou mais renunciar quando não tinha entrado nenhum pedido de renúncia.

Então até aí estamos acertados.

"Filhos do mal", há uma identificação muito difícil.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Como difícil? O Governador sabe quem são os "filhos do mal", nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Dr. Deputado Nereu Carlos Massignan, quando olharmos a Bíblia vamos ver enormes citações por parte de Cristo, de seus discípulos, de seus

apóstolos, com referência à força do mal, com referência a pecadores e não necessariamente com identificação de qualquer um, porque veja bem, quando se toma um Banco que é patrimônio dos paranaenses, que o Presidente do Banco Central, há quinze dias atrás, num jornal de fora, diz que "existem dois Bancos do Brasil, dois Bancos de Estado no Brasil - com total solidez, um o BANESPA, outro o BANESTADO". E isso é do Banco Central que detém a informação da saúde financeira dos Bancos. E se espalha uma boataria de que o Banco do Estado do Paraná - estava quebrado, e provocava de todos os paranaenses já receosos pelo fato que houve do pacote econômico do novo Governo, faz com que, se corra ao Banco para retirar dinheiro, evidentemente, está havendo aí, uma manipulação de informação; a Sociedade que não vai achar nunca o seu ator, não adianta questionar, não vai encontrar o autor, são fatos genéricos.

Então eu acredito que esse episódio, é um episódio rotineiro na vida de detentores de mandato de renunciar ou não. Mas, abusando da sua bondade Senhor Presidente, o requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan, não está nos conformes com o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, nós não podemos convocar o Governador do Estado, Vice-Governador do Estado, para comparecer, prestar depoimento aqui na Assembléia Legislativa.

Por essa razão Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que no cumprimento do Regimento Interno da Casa, não receba o requerimento, data vênica, sem qualquer intenção de contestação a Vossa Excelência, porque o requerimento não se reveste das condições necessárias regimentais, para poder ser sequer apreciado pelo Plenário desta Casa, e acredito que estaremos fazendo um grande benefício a muitos nomes honrados do Estado do Paraná, como nome, inclusive, do Vice-Governador Ary Queiroz e de tantos outros.

Se não quisermos transformar esse episódio político em um episódio eleitoral, onde indiscutivelmente, vai sobrar para todo mundo e o Paraná só terá a perder com isso, se nós levarmos por esse terreno a colocação que se pretende dar a um episódio como esse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa o Deputado Caíto Quintana que já recebeu o requerimento.

Será objeto de discussão na Sessão de amanhã.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável que o nobre Deputado Caíto Quintana, não tenha entendido o espírito do Requerimento da Constituição de uma Comissão Especial de Investigação. Ninguém está nesta oportunidade, nobre Deputado Caíto Quintana, questionando a permanência do Senhor Governador Álvaro Dias à frente do Palácio Iguaçu. O que nós estamos questionando na verdade, é a permanência dele, conhecida já no Paraná como o dia do "Fico", definida quarenta e oito horas, antes da data limite para a sua descompatibilização com uma provável candidatura ao Senado pelo Estado do Paraná.

E o que nos deixa de uma forma perplexos no Estado do Paraná, é a maneira como Sua Excelência, o Governador, ao decidir a sua permanência, o fez através de um ato, como disse o Deputado Nereu, inusitado, mas além disso, de um raivoso, de um ato que acabou, inclusive, constringendo a própria população do Paraná, no momento em que convocou a imprensa e saiu, como se diz na gíria, saiu "atirando". Ele saiu "atirando" para manter a sua permanência à frente do Palácio Iguaçu. Ora! É nítida e é constitucional a permanência de Sua Excelência o Governador até o final do seu mandato. Ninguém questiona este fato, nobre Deputado Caíto Quintana. Ninguém questiona. Nós temos o exemplo do Rio Grande do Sul, que é tão próximo. O Governador Pedro Simon assumiu o Governo do Rio Grande do Sul com sérias dificuldades financeiras. Assumiu o Governo com greve do funcionalismo público, dos professores. E durante dois anos, Pedro Simon, que é do PMDB, teve uma administração segura, firme, na defesa dos interesses do Estado. E hoje, Pedro Simon é convocado pela sociedade do Rio Grande do Sul para ser Senador pelo Rio Grande do Sul. Em função do seu trabalho.

E no Paraná, o que aconteceu? Nós sabemos que o Governador Álvaro Dias assumiu o Governo do Estado em boas condições, com as finanças públicas saneadas. E durante este período todo, iniciou um processo de dificuldades na Administração do Paraná. Já na sua posse nós sentimos a sua instabilidade emocional, quando já assumiu "atirando" no Governo anterior, quando ele assumiu denegrindo a imagem de um Governo anterior. E quando se diz que, inclusive, Sua Excelência o Governador permaneceu no Palácio Iguaçu porque não tolerava mais as traições que estava recebendo de companheiros que estiveram junto com ele. O Presidente do PSDB, Deni Schwartz, diz o seguinte, que "traição na política do Paraná, tem data e tem hora marcada", e se deu no dia 15 de março de 1987, quando o Governador Álvaro Dias assumiu o Governo e implantou esta forma de fazer política no Paraná. Ele está, única e exclusivamente,

recebendo os frutos do que ele plantou.

Mas Deputado Caíto, eu gostaria, na verdade, de aqui na Assembléia, como já aconteceu em outras oportunidades, como na questão do ex-Secretário Erasmo Garanhão, que esteve aqui nesta Casa, sendo inquirido pelos Senhores Deputados. Outras oportunidades ocorreram. E estamos, realmente, preocupados, com a situação do Paraná. Porque de boatos nós estamos muito preocupados. Na verdade, nós queremos nos somar ao Governador Álvaro Dias se realmente o Estado do Paraná, o Estado, enquanto instituição, está tão ameaçado, no Paraná. Nós queremos nos somar a ele! E a Assembléia Legislativa, hoje, com a promulgação da Constituição Federal e da Constituição do Estado, tem força e tem prerrogativas, como um Poder definido, para atuar no encaminhamento das questões do Estado.

Ora, nobre Deputado, quem são os filhos do mal? Quem queria "quebrar" o BANESTADO? Que equipe de Governo é essa, desconhecida, que Sua Excelência, o Governador não conhecia? Sendo que são todos, basicamente, integrantes do seu próprio Governo. Como nós podemos entender se em todas as suas demonstrações públicas ele preservou a imagem do Vice-Governador Ary Queiroz? Nós vimos em todas as entrevistas a figura do Vice-Governador preservada. Então, quem são os filhos do mal?

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. HAROLDO FERREIRA - Na seqüência. Quem são os corruptos que querem deteriorar e dilapidar o patrimônio público? Quem quer acabar com o BANESTADO? Nós não queremos. A Assembléia Legislativa do Paraná não quer. Nós temos que zelar pelo patrimônio público!

Então, o que nós queremos é que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias tenha a oportunidade de vir a esta Casa e aqui, diante da Assembléia Legislativa colocar essas suas preocupações e ele vai ter que assumir aqui o compromisso, a responsabilidade e o risco de colocar nomes porque todo o Paraná hoje está sob suspeição; todo o Paraná hoje pode pertencer ou mesmo ser todo paranaense um dos filhos do mal. E nós não podemos aceitar essa colocação a toda a população paranaense.

Nós sabemos e o funcionalismo público que aqui está, sabe numa audiência que eles tiveram com o Vice-Governador e o Vice-Governador disse o seguinte para o corpo de funcionalismo público, nós no Governo, dizendo o futuro Governador Ary Queiroz, nós teremos prioridades; suspendemos obras que não têm orçamento; acabaremos com toda verba de comunicação social e

negociaremos com a Assembléia Legislativa um prazo para que, pelo menos em 60 dias, a gente possa ter a situação do Estado bem encaminhada e possa atender, em primeiro lugar, o funcionalismo público que reconhecidamente está numa situação insuportável e insustentável pela questão salarial.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Haroldo, em primeiro lugar quando Vossa Excelência faz menção ao Governador Pedro Simon no Rio Grande do Sul, eu acompanho com muita atenção a vida do Rio Grande do Sul que até hoje não aprendi a desconhecer. Mas, Vossa Excelência é testemunha de que o Governador Pedro Simon cortou o andamento das obras no Rio Grande do Sul. Talvez até com maior facilidade porque foi um Governador que sucedeu o Governo de outro partido. Quando no Estado do Paraná o Governador Álvaro Dias deu seqüência a todas as obras que nós como partido na época tínhamos encaminhado no Governo José Richa.

Por outro lado, Vossa Excelência deve lembrar muito bem que os professores no Rio Grande do Sul passaram aproximadamente 6 meses em greve constante. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi quebrada em manifestação dos servidores públicos e de professores, exatamente porque o Governo do Rio Grande do Sul não cedeu a pagar mais do que o orçamento lhe permitia.

Vossa Excelência sabe plenamente que o Governo do Estado do Paraná; o Estado do Paraná, não o Governo, tem hoje uma dificuldade de caixa para dar andamento à reposição salarial dos seus servidores. Isso é um fato e eu louvo a atitude que ouvi do Vice-Governador Ary Queiroz de que pedia aos Servidores de que lhe dessem a demonstração do que poderiam fazer para melhorar as condições econômicas do Estado do Paraná. Porque Deputado Haroldo Ferreira, quando nós falamos em Servidor, ele é um trabalhador do Paraná, é verdade. Mas ele está cuidando as balanças do Estado do Paraná aonde está passando constantemente caminhões com excesso de peso dilapidando nossas estradas; ele está trabalhando na fiscalização do ICM dos impostos do Estado que não está correspondendo com a verdade do ICM que o Paraná poderia arrecadar. Ele está trabalhando em todos os setores da vida desse Estado. E a sua cota de participação, evidentemente seria no aumento da receita do Estado; na conservação dos bens do Estado; não permitir o tráfego de caminhões com excesso; no cobrar multa daquelas que transitam gerando perigo de vida para aqueles que andam na estrada. E Vossa Excelência sabe que precisamos reformular tudo isso e temos que ter a coragem de

reavaliar esse quadro inteiro. Não pode o trabalhador lá do Sudoeste que está sofrendo com a soja; não pode o plantador de algodão do Norte do Paraná que hoje não tem para quem vender e não tem dinheiro para a safra; não pode o menino que lavando um carro numa rua pública, com o dinheiro que recebe vai comprar um par de chinelos para vestir no seu pé e que recolhe ICM; não pode a força produtiva inteira de um Estado gastar 100% dela apenas para manter a sua máquina. Alguma coisa está errada e alguma coisa terá que ser feita. E esta Assembléia tem a obrigação de discutir na profundidade todos esses setores, todas essas questões para exatamente cumprir o seu papel.

Então a questão da renúncia do Governador Álvaro Dias, ou não, ela pára por aí na continuidade do Governo. A identificação de filhos do mal, se devesse ou não devesse usar a expressão, não vai encontrar, Deputado Haroldo, só que eu acho, e Vossa Excelência sabe que correu solto o boato, no Paraná, que o Banco do Estado estava quebrado. Evidentemente de alguém saiu a notícia, alguém espalhou. Esse alguém que espalhou, que não tem face ...

O SR. HAROLDO FERREIRA - Inclusive o próprio Governo pode ter feito isso, estamos todos sob suspeita.

O Sr. Caíto Quintana - ... que não tem face, esse é um dos filhos do mal, nós não vamos encontrá-lo mas ele é, porque na hora em que põe em risco uma instituição como o Banco, está complicado.

Quando se diz que o Estado do Paraná está quebrado está se desviando a credibilidade que o paranaense tem no seu próprio Estado, que bem ou mal, Deputado Haroldo, isso há de se reconhecer, na situação ou na oposição, nesse verdadeiro tiroteio porque passou o serviço público e o Poder Público, nestes últimos anos de Governo da Nação, com a inflação beirando os 80%, é evidente que continuar um ritmo de obras, sejam grandes, sejam pequenas, exige de um Governo, competência, austeridade e trabalho! E isso, graças a Deus, o Paraná teve!

Eu lhe tomei muito tempo, peço que me desculpe e muito obrigado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Deputado Caíto Quintana, na verdade o que nós queremos da Bancada do PMDB, da Bancada governista, é um apoio para a aprovação dessa Comissão, porque ela não tem, inicialmente, nenhum sentido discriminatório com Sua Excelência o Governador, pelo contrário, nós queremos dar-lhe uma oportunidade para vir até a Assembléia e se explicar a respeito de todas estas suas dúvidas.

E eu gostaria de dizer, Deputado Caíto Quintana, que, veja, o Governador Álvaro Dias foi convidado para ir a um programa de televisão, no Paraná, o programa Cadeia, de muito popularidade, que nós sabemos, e o Governador condicionou a sua ida ao programa, a sua aparição no programa, desde que o programa fosse previamente gravado. Ele não foi ao vivo. Nós vimos também a entrevista que ele concedeu, ontem pela manhã, no canal 12, na TV paranaense, que foi também, um programa previamente gravado, e este fato, Deputado, é tão inusitado que mesmo Vossa Excelência, mesmo Vossa Excelência dormiu líder do Governo Ary Queiroz, Vossa Excelência, companheiro desta Casa, de lutas, dormiu líder do Governo Ary Queiroz, por um acerto de sua Bancada com o governo que ia assumir, então algo de inusitado, realmente houve no Estado, e Vossa Excelência não pode negar.

Concedo a palavra ao Deputado Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI (Aparte) - Eu apenas gostaria de dizer o seguinte: - O Deputado Caíto, ele realmente tem uma capacidade muito grande de oratória, e ele tira o eixo principal da discussão, até porque é natural que se faça isso.

Eu imagino que mesmo o Deputado Caíto Quintana está como nós. Ele não sabe, ele tem que ir levando, levando, tateando no escuro. E esta capacidade que o Deputado tem de desviar.

Agora ele disse uma coisa interessante, viu Deputado Caíto, e eu, com todo o respeito, até porque todos os Deputados aqui, um conhece o outro e isso é muito importante. Mas, o Deputado Caíto Quintana falou assim: Você veja, Deputado Haroldo, o Governador tem que cuidar das estradas do Paraná. O Governador tem que cuidar do ICMS. Em detrimento desses cuidados, os funcionários públicos foram prejudicados até porque não há dinheiro para tudo.

Imagine se o Governador não tivesse cuidado! As estradas estão em péssimas condições, e a máquina funcional está depauperada. Os funcionários públicos não têm mais nem dignidade de chegar em casa com um salário, que é realmente um salário de miséria.

Então meu caro Deputado Caíto Quintana, eu às vezes fico pensando o seguinte: Olho esse Governo lá de longe e vejo o seguinte: Muito parecido com o Governo Sarney. Porque cada vez que o Sarney vinha para a televisão, dava a impressão de que ele estava assumindo naquele instante. Olha, está tudo errado, mas agora vai dar certo!

E ele governou quatro anos para ganhar um. E no final queria entregar o Governo

antes de sair.

Então essa perspectiva e eu até imagino e nós aqui com toda a lealdade, Deputado Caíto, o Governador vindo aqui na Assembleia e transmitindo para nós estas verdades, nós estaremos dispostos a apoiá-lo. Agora, é preciso vir aqui, abrir o jogo, dizer quais são as situações, pegar a mochila, tirar as coisas de dentro da mochila para que nós saibamos com toda a lealdade o que está ocorrendo no Paraná e aí terá o nosso apoio. Porque, acima de tudo existem os interesses públicos, o interesse do povo e o interesse do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ACIR MEZZADRI - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento do orador)

Deputado Haroldo, eu só estou solicitando um aparte, neste momento, só para pegar um gancho aqui das colocações do Deputado Furiatti.

Queria relatar que sábado à noite, precisei fazer uma viagem, de certa forma de emergência, aqui no Estado vizinho, São Bento do Sul, em Santa Catarina. Fui com a minha esposa.

No retorno, cerca de 11 horas da noite, mais ou menos, eu resolvi cortar caminho e entrei pela Cidade Industrial, Cidade Industrial que o Paraná inteiro conhece. Não estamos aqui falando da grande periferia. E pasme, Deputado, eu tive as quatro rodas do meu carro arrebitadas, os quatro pneus inaproveitáveis. Eu fiquei na estrada, eu fiz 10 quilômetros a pé praticamente dentro de Curitiba.

Então é essa a condição do tratamento principalmente das rodovias e da periferia na região metropolitana. E quero dizer mais: Não estou falando isto porque hoje integro a bancada tucana. Isto tem sido motivo, tem sido motivo de muitos e muitos requerimentos nossos à Secretaria dos Transportes solicitando uma melhoria nas nossas rodovias, principalmente em Curitiba.

E aqui Deputado Haroldo, Vossa Excelência conhece a Cidade Industrial. Está lá para ver. Cai um Scania Vabis dentro daqueles painéis. Eu vejo que dentro de poucos dias, alguém deva acionar o Estado porque naquilo lá, já aconteceram inúmeros acidentes, inclusive com morte.

Felizmente eu fiz uma caminhada, caminhada de dez quilômetros, fiz algumas bolhas no pé, mas estamos aqui hoje com o bico afiado para ficarmos solidários ao vosso pronunciamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Haroldo, abusando da vossa bondade, o Deputado Acir Mezzadri a quem eu muito estimo, de-

veria qualquer técnico de velocidade entender que estava em excesso de velocidade, porque convenhamos, estourar os quatro pneus! Deveria estar em excesso porque pegou do primeiro e foi ao último.

Em segundo lugar eu gostaria de fazer uma pergunta porque eu não conheço muito bem Curitiba. A rodovia que corta a Cidade Industrial é estadual?

O SR. ACIR MEZZADRI - Nobre Deputado Caíto Quintana, eu não sei se a rodovia é estadual ou federal. Existe um convênio com o Governo Federal que a manutenção é feita pelo Estado. A Rodovia do Café, por exemplo, que é federal, a manutenção é estadual.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Essa rodovia é federal, Deputado.

O SR. ACIR MEZZADRI - Então veja bem, Deputado, eu acho até que por uma questão de preservação do Estado, e eu gostaria de convidar Vossa Excelência que é meu amigo, que é meu companheiro, de que conhecesse, de que verificasse o Estado, a precariedade em que se encontra aquela rodovia, que não é uma vergonha para nós, para mim por exemplo que tive os pneus arrebentados, mas é uma vergonha para todos os Parlamentares desta Casa, porque ali transitam caminhoneiros, viajantes de todo o Brasil, que por ali trafegam, até porque é uma região importante do Paraná, que se trata da Cidade Industrial de Curitiba.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu me somo com Vossa Excelência para que façamos o Requerimento ao DNER e ao Ministério dos Transportes para a conservação da Rodovia Federal.

O SR. ACIR MEZZADRI - Eu volto a insistir nobre Deputado, volto a insistir que existe um convênio do Governo Federal e a manutenção, a incumbência é do Governo do Estado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Mais uma vez o Deputado Furiatti tem razão, o Deputado Caíto Quintana tenta sempre mudar o assunto, mas na verdade nós contamos, Sr.

Presidente e Srs. Deputados, com o apoio do próprio PMDB para que aproveamos a constituição desta Comissão Especial de Investigação, para que Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, possa vir aqui nesta Casa fazer os devidos esclarecimentos à sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Pela Ordem.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria fazer um belo pronunciamento sobre a matéria ora em discussão, mas declino, vou deixar para amanhã quando nós votaremos o Requerimento ora em discussão; e nesse momento o Deputado Caíto Quintana, representante do Governo, já está cansado, então, eu reconheço esta canseira do Líder do Governo e amanhã é um dia novo daí nós vamos repetir a dose.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como há muitos em identificar os filhos do mal, nós vamos consultar o Doutor Lucifer para ver quem são os seus filhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 259/85, 269/85, 177/87, 150/89, 158/89, 391/89 e 50/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{as} n.^{os} 199/89, 08/90, 88/90, 161/90 e dos Projetos de Resolução n.^{as} 10/90 e 19/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 254/89, 18/90, 19/90, 89/90, 120/90 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 14/90 e 20/90.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
- CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG -

BALANCETE FINANCEIRO		REF. - ALG245 PAG. - 1 DATA - 31/01/90	
RECEITA			
ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.440.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	60.440.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	60.440.000,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DÉBITOS DE TESOURARIA		0,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		91.622.332,38	
FUNDOS ESPECIAIS		0,00	
CONTAS A REGULARIZAR		0,00	
CONTAS DO REALIZÁVEL		12.940.000,00	
ACORDOS E CONVÊNIOS		0,00	
CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR			
FORNECEDORES	8.813.643,26		
DESPESAS COM PESSOAL	42.477.489,34		
OUTRAS DESPESAS A PAGAR	0,00	51.291.132,60	155.853.464,98
SALDOS DO MÊS ANTERIOR			
CAIXA		0,00	
BANCOS		58.527.995,53	
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS		0,00	
TÍTULOS A RECEBER		0,00	
DEVEDORES DIVERSOS		0,00	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS		0,00	58.527.995,53
TOTAL			274.821.460,51

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG -

B - BALANÇOTE - FINANCEIRO				REF. - ALG245
				PAG. - 2
				DATA - 31/01/90
DESPESA				
ORÇAMENTÁRIA			51.289.669,60	
LEGISLATIVA			0,00	
JUDICIÁRIA			0,00	
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			0,00	
AGRICULTURA	00,0		0,00	
COMUNICAÇÕES	00,0		0,00	
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			0,00	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	00,0		0,00	
EDUCAÇÃO E CULTURA	00,0		0,00	
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	00,0		0,00	
HABITAÇÃO E URBANISMO	00,0		0,00	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	00,0		0,00	
RELAÇÕES EXTERIORES			0,00	
SAÚDE E SANEAMENTO			0,00	
TRABALHO	00,0		0,00	
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	00,0		0,00	
TRANSPORTE	00,0		0,00	
EXTRAORÇAMENTÁRIA				
RESTOS A PAGAR		9.647.870,88		
PAGAMENTOS		0,00	9.647.870,88	
CANCELAMENTOS				
DÉBITOS DE TESOUREARIA			0,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			58.136.289,44	
FUNDOS ESPECIAIS			0,00	
CONTAS A REGULARIZAR			0,00	
CONTAS DO REALIZÁVEL			0,00	
ACORDOS E CONVÊNIOS			0,00	
DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR				
FORNECEDORES		1.843.364,78		
DESPESES COM PESSOAL		42.465.942,94		
OUTRAS DESPESAS A PAGAR		0,00	44.309.307,72	
OUTRAS CONTAS (BAIXA DO REALIZÁVEL)			12.940.000,00	125.033.468,04
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE				
CAIXA			0,00	
BANCOS			98.498.322,87	
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS			0,00	
TÍTULOS A RECEBER			0,00	
DEVEDORES DIVERSOS			0,00	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS			0,00	98.498.322,87
TOTAL				274.821.460,51

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral(a) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do D.A.T.(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG -

BALANCETE FINANCEIRO		REF. - ALG245 PAG. - 1 DATA - 28/02/90	
RECEITA			
ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.450.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	248,96	55.450.248,96	
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	55.450.248,96
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DÉBITOS DE TESOURARIA		0,00	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		75.913.160,56	
FUNDOS ESPECIAIS		0,00	
CONTAS A REGULARIZAR		0,00	
CONTAS DO REALIZÁVEL		0,00	
ACORDOS E CONVÊNIOS		0,00	
CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR			
FORNECEDORES	4.401.524,56		
DESPESAS COM PESSOAL	54.250.906,30		
OUTRAS DESPESAS A PAGAR	0,00	58.652.430,86	134.565.591,42
SALDOS DO MÊS ANTERIOR			
CAIXA		0,00	
BANCOS		98.498.322,87	
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS		0,00	
TÍTULOS A RECEBER		0,00	
DEVEDORES DIVERSOS		0,00	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS		0,00	98.498.322,87
TOTAL			288.514.163,25

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG -

BALANCETE FINANCEIRO		REF. - ALG245 PAG. - 2 DATA - 28/02/90	
DESPESAS			
ORÇAMENTÁRIA			
LEGISLATIVA		58.639.129,84	
JUDICIÁRIA		0,00	
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	
AGRICULTURA		0,00	
COMUNICAÇÕES		0,00	
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		0,00	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		0,00	
EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		0,00	
HABITAÇÃO E URBANISMO		0,00	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		0,00	
RELAÇÕES EXTERIORES		0,00	
SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	
TRABALHO		0,00	
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		0,00	
TRANSPORTE		0,00	58.639.129,84
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
RESTOS A PAGAR			
PAGAMENTOS	61,77		
CANCELAMENTOS	0,00	61,77	
DÉBITOS DE TESOURARIA		0,00	
DÉBITOS DE DIVERSAS ORIGENS		45.995.175,64	
FUNDOS ESPECIAIS		0,00	
CONTAS A REGULARIZAR		0,00	
CONTAS DO REALIZÁVEL		0,00	
ACORDOS E CONVÊNIOS		0,00	
DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR			
FORNECEDORES	5.230.145,74		
DESPESAS COM PESSOAL	53.721.466,62		
OUTRAS DESPESAS A PAGAR	0,00	58.951.612,36	104.946.849,77
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE			
CAIXA		0,00	
BANCOS		124.928.183,64	
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS		0,00	
TÍTULOS A RECEBER		0,00	
DEVEDORES DIVERSOS		0,00	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS		0,00	124.928.183,64
TOTAL			288.514.163,25

(a) ABIB MIGUEL

(a) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade